

ethnographic approaches to stop us in the dense description of gestures as signs of immediacy is the central proposal. Key competences include understanding the reality of action and having the knowledge to act from the intervention, with specific strategies and resources; processes that also consider spaces in exchange, crossed by crises and times of long duration.

Keywords: Image - teaching - practice - teaching resource - strategy - intervention - immediacy.

Resumo: A prática do ensino permite ensaiar algumas tensões sobre a relação entre imagens arraigadas na experiência áulica e suportes didáticos específicos. A proposta deste artigo é dar conta, a partir de núcleos conceituais, da relação promovida, apelando a uma aproximação desde enfoques etnográficos para depois descrever os gestos como sinais de prontidão. É chave a compreensão da realidade do acionar e dispor de conhecimentos para atuar desde a intervenção,

como estratégias e recursos docentes específicos, processos que também consideram espaços em cambio, atravessados por crises e tempos de longa duração.

Palavras chave: imagem - ensino - prática - recurso docente - estratégia - intervenção - prontidão.

(*) **Anabella E. Cislighi.** Arquitecta y Especialista por la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (FADU) de la Universidad Nacional del Litoral (UNL). Profesora Adjunta en *Teorías y Producción Estética en la Ciudad Moderna; Teorías y Producción Arquitectónica en el siglo XX y Teoría y Crítica* en la FADU, UNL. Maestranda en Docencia Universitaria, Universidad Nacional del Litoral y en Historia y Cultura de la Arquitectura y la Ciudad, Universidad Torcuato di Tella. Coordinadora Académica de la FADU, UNL. Investigadora principal Categorizada en Proyectos CAI+D, PEIS y Crear. Directora en Proyectos de Extensión de Interés Social.

Conexões críticas: design participativo, empoderamento e sustentabilidade

Raquel Dastre Manzanares, Thaís Falabella Ricaldoni y Eduardo Romeiro Filho (*)

Actas de Diseño (2020, julio),
Vol. 31 pp. 87-94. ISSN 1850-2032.
Fecha de recepción: julio 2017
Fecha de aceptación: julio 2018
Versión final: julio 2020

Resumo: Este artigo revisa os conceitos-chave “design participativo”, “empoderamento” e “sustentabilidade”, estabelecendo conexões críticas entre eles. Avalia-se a aplicação desses conceitos na prática, através do estudo do “Projeto Minas Raízes - Artesanato, Cultura e Design: Capacitação de Artesãos em Nova Lima”, desenvolvido pela Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. As reflexões perpassam pelos questionamentos: o design participativo é um meio para promover empoderamento? Esses processos conduzem efetivamente à sustentabilidade, abrangendo seu viés social? Foi observada uma contradição, aparente, entre desenvolvimento e sustentabilidade e que a abordagem técnica focaliza as consequências dos problemas sociais em detrimento das causas.

Palavras chave: Artesanato - design participativo - empoderamento - extensão universitária - sustentabilidade.

[Resumos em espanhol e inglês e currículo em p. 93-94]

1. Introdução

O presente artigo traz como tema central as relações entre três conceitos-chave: “design participativo”, “empoderamento” e “sustentabilidade”. A fim de iniciar a discussão, apresenta-se as definições dos termos selecionados para esta pesquisa. Design participativo é uma vertente do design que se distingue por se basear na participação ativa do usuário durante o processo e na colaboração entre a abordagem dos especialistas –abstrata e técnica– e a das pessoas –concreta e cotidiana (Sanders y Stappers, 2008; Lee, 2008). Empoderamento é um processo dinâmico, em níveis psicológico e/ou político, de aumento do poder e da autonomia de indivíduos e grupos em situações de vulnerabilidade. Não pode ser fornecido por terceiros, pois se realiza à medida que os indivíduos empoderam-se a si mesmos (Kleba and Wendausen, 2009). Sustentabi-

lidade é um conceito que engloba três dimensões: ambiental, social e econômica. Está diretamente relacionado a “desenvolvimento sustentável”, termo que enfatiza a importância de um crescimento econômico atrelado à conservação do meio ambiente e à redução da pobreza (Lemos, 2007).

A intenção inicial deste artigo é provocar discussões sobre os temas propostos que conduzam a uma finalidade maior e mais profunda: produzir questionamentos e incertezas a respeito da noção comum que se tem de sustentabilidade. Nas discussões, busca-se destacar o enfoque da definição de desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. Boff (2006) discorre abertamente sobre este assunto fazendo-nos refletir sobre a seguinte questão: o que seria mais importante, um desenvolvimento ou uma sociedade sustentável?

Como metodologia de estudo propõe-se analisar, por meio de revisão de literatura, definições e interpretações dos três conceitos-chave. Em seguida, pretende-se discutir as conexões e interdependências existentes entre esses termos. É importante ressaltar que os termos e as referências foram propositalmente selecionados em função das potenciais afinidades e incoerências existentes entre eles. Por último, o presente trabalho estabelece como objetivo final a avaliação da ocorrência desses conceitos-chave na prática. Dessa maneira, um dos projetos de extensão desenvolvidos pela Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) foi escolhido para servir como caso de análise.

2. Revisão de Literatura

Para discussão dos temas relativos aos conceitos-chave utilizados, foi feita a revisão de literatura a seguir. Esta revisão não se pretende exaustiva, mas suficiente para definição da abordagem adotada neste trabalho.

2.1. Design Participativo

A partir da metade do século XX, o desenvolvimento exponencial e o processo de globalização modificaram a estrutura da sociedade e intensificaram as relações. Desde então, os conceitos de colaboração e participação, assim como suas aplicações, tem se tornado mais recorrentes em diversas áreas. No design, a colaboração tem ganhado destaque à medida que as atividades projetuais se tornam cada vez mais complexas. Não sendo mais viável, nem desejável, que um único profissional domine todos os conhecimentos demandados para o desenvolvimento de projetos neste contexto complexo, o design se torna essencialmente colaborativo (Piirainen et al., 2009). Além disso, o design já é por natureza interdisciplinar, o conceito de design colaborativo apenas o impulsiona para uma interdisciplinaridade ainda mais profunda e sistematizada (Manzini and Vezzoli, 2008). Assim, Fontana et al. (2012), definem design colaborativo como:

(...) um esforço recíproco de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, separadas fisicamente ou não, com um objetivo comum de alcançar soluções que satisfaçam a todos os interessados. (...) compartilhando informações e responsabilidades, organizando tarefas e recursos, administrando múltiplas perspectivas e criando um entendimento compartilhado em um processo de design. (...) Esse processo depende da relação entre os atores envolvidos, da confiança entre eles e da dedicação de cada parte (Fontana et al, 2012, p. 5).

Ou seja, o termo design colaborativo chama atenção para a importância da colaboração interdisciplinar de diversos agentes no processo de design, para enriquecê-lo e conseguir contemplar a complexidade dos projetos atuais. Com uma abordagem ainda mais específica, focada na inclusão de um agente em particular –o usuário– surge o conceito de design participativo. Foi introduzido em 1971 na conferência internacional organizada pela *Design Research Society*, que o posicionou como um campo

específico do design que busca trazer todos os homens, inclusive os usuários não especialistas, para essa abordagem (Banham apud Lee, 2008).

Desde a elaboração desse conceito, há mais de 40 anos, a prática do design evoluiu e o foco nos usuários foi difundido e tornou-se inclusive uma tendência da área (Sanders, 2006). De forma genérica, pode-se afirmar que o paradigma clássico do processo do design foi quebrado. Nele o designer seria o especialista que cria ideias originais a partir das informações extraídas em pesquisas e estudos de mercado por um investigador, focando o entendimento do usuário. Nas novas abordagens, todos os papéis estão conectados (Stappers et al, 2007).

Atualmente o design participativo é caracterizado pelo envolvimento do usuário que é inserido no contexto do projeto ao longo de todo o processo de design (Sanders and Stappers, 2008). Apesar do número expressivo de projetos que contam com participação de usuários, é importante ressaltar que o conceito de design participativo transcende essa simples aplicação. Enquanto a participação de usuários nos projetos pode ser considerada como uma regra para se jogar o jogo do design, o design participativo é um novo modo de jogar o jogo, que altera inclusive a sua natureza (Lee, 2008).

Na história do desenvolvimento dos saberes há uma divisão clara entre duas diferentes abordagens: a dimensão abstrata dos especialistas –na qual técnicos, pesquisadores e designers trabalham– e a dimensão concreta das pessoas –na qual as pessoas vivem. Na era modernista as duas dimensões foram dissociadas e a abordagem dos especialistas considerada superior. Quando os dois mundos se reúnem, cria-se um espaço intermediário: a dimensão da colaboração. É nesse espaço que se desenvolve o design participativo (Lee, 2008).

Segundo Sanders e Stappers (2008) um conceito mais recente, o co-design, pode ser considerado um sinônimo da prática do design participativo. Baseado no conceito de co-criação, o co-design é basicamente um processo criativo de desenvolvimento de projetos no qual designers e pessoas não treinadas em design trabalham juntas. Segundo os autores, em ambas as abordagens a participação do usuário agrega ao projeto diferentes perspectivas, ampliando seu potencial de ruptura e novidade. E, neste contexto, o papel do designer é de facilitação e condução, auxiliando o grupo a levantar problemas com os quais convivem e buscar soluções para tais.

2.2. Empoderamento

O conceito de empoderamento estabeleceu-se no contexto das décadas de 1960 e 1970, marcado pela organização e fortalecimento da sociedade civil e das lutas por causas sociais. O conceito, com conotação política emancipatória, teve como seus principais divulgadores os movimentos feministas e negros. Da transição do século XX para o século XXI em diante, o emprego do termo empoderamento difundiu-se e passou a emergir em diversos campos de conhecimento. Como resultado, tornou-se um conceito polissêmico, com aplicação indiscriminada, inclusive sendo utilizado por posições político-ideológicas opostas (Horochovski and Meirelles, 2007).

Pode-se considerar que empoderamento é um processo dinâmico que implica em aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva, nas relações interpessoais e institucionais de grupos vulneráveis. Esse processo ocorre em contextos de mudança social e desenvolvimento político, com objetivo de promover equidade e qualidade de vida, através da autogestão e participação (Kleba and Wendausen, 2009). Sinteticamente, empoderamento é o processo pelo qual o controle do povo sobre sua própria vida é aumentado, seja individual ou coletivamente (Lyons et al., 2001).

O empoderamento pode ser considerado como um meio para concretizar os direitos dos indivíduos e comunidades, que antes não usufruíam deles. Sua prática implica na melhora da negociação com agentes externos para auxiliar esses grupos vulneráveis a alcançar influência política e autoridade jurídica (Lyons et al., 2001).

O conceito de empoderamento é utilizado para descrever práticas progressistas e conservadoras, tendo diferenças sutis de definição. A primeira abordagem se refere ao processo de mobilizações práticas que visam aumentar a autonomia e qualidade de vida de grupos e comunidades. Enquanto a segunda se refere a ações assistenciais que visam a integração de excluídos e carentes assegurando sua sobrevivência, sem organizá-los, uma vez que os atende individualmente (Gohn, 2004). Para o autor, as ações mais bem-sucedidas ultrapassam a assistência social e perpassam pela mobilização social para alcançar o empoderamento.

É importante ressaltar que o termo empoderamento, como a própria palavra sugere, está intimamente ligado às relações de poder. Por isso, raramente é um termo neutro (Lyons et al, 2001). O empoderamento igualmente ligado aos indivíduos e comunidades vulneráveis, uma vez que há uma relação de interdependência entre poder e pobreza (Oakley and Clayton, 2003). Nessa perspectiva, o termo pode ser considerado como um conceito político, que tem como resultado o aprofundamento da democracia, à medida que distribui poder, assegura liberdades e o exercício da cidadania (Horochovski and Meirelles, 2007).

Outro fator relevante deste conceito, é que empoderamento não pode ser fornecido, mas se realiza em processos em que os indivíduos empoderam-se a si mesmos. Assim, os agentes externos apenas podem catalisar o processo de empoderamento, auxiliando na criação de meios próprios que suportem e fomentem seu acontecimento. Ou seja, o papel dos agentes externos não é de defender incapazes, pelo contrário, é um papel de parceria, mediação e apoio que impulsiona essas pessoas capazes a resolver seus próprios problemas (Kleba and Wendausen, 2009). Assim, os agentes externos usualmente agem fornecendo conhecimentos, competências e recursos que permitam a esses grupos ter visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão na sua realidade (Horochovski and Meirelles, 2007).

O processo de empoderamento pode ocorrer em três esferas sociais: nos indivíduos, desenvolvendo novas potencialidades, ligadas a autonomia e liberdade; nos grupos ou comunidades, promovendo o sentimento de pertencimento, pelo exercício de apoio mútuo; e nas estruturas ou políticas, favorecendo a participação social,

o engajamento e a cidadania (Kleba and Wendausen, Op.cit). Além disso, há duas faces interdependentes do conceito de empoderamento: a dimensão psicológica, ligada a autorreconhecimento, autovalorização e autoestima dos indivíduos; e a dimensão política, ligada às estruturas de poder, sociais e econômicas (Herriger apud Kleba; Wendausen, Op.cit).

2.3. Sustentabilidade

Para discutir a noção de sustentabilidade, faz-se necessário compreender o surgimento e a evolução do termo “desenvolvimento sustentável”. O processo de estruturação desse conceito sistêmico ocorreu ao longo da história por meio de interpretações, discussões e desdobramentos a respeito da dependência entre crescimento econômico, impacto ambiental e desenvolvimento social.

Até os anos 60, crescimento econômico costumava ser a imediata e exclusiva associação que se fazia ao conceito de desenvolvimento (Francalacci, 2009). Décadas foram necessárias para o consentimento internacional de que o desenvolvimento econômico não deveria ser tratado isoladamente, reconhecendo sua interdependência com as dimensões ambiental e social. Um longo processo histórico marcado por catástrofes e desastres ambientais, reuniões, conferências e acordos internacionais, conduziu ao surgimento e afirmação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Discussões sobre as estreitas relações entre as políticas de desenvolvimento econômico e as questões ambientais já aconteciam nas décadas de 1950 e 1960. Nos anos 1970, ocorreram importantes marcos ambientais, notadamente a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, evento que originou a Declaração de Estocolmo e recomendou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A despeito das preexistentes produções e ocorrências em torno dessas questões, apenas em 1979 o termo desenvolvimento sustentável foi oficialmente empregado pela primeira vez, na Assembleia Geral das Nações Unidas (BOFF, 2007). Durante os anos 1980, descobertas e acontecimentos impuseram-se como fatores determinantes para o surgimento e afirmação do conceito de desenvolvimento sustentável. Medições relativas ao tamanho do buraco na camada de ozônio, o reconhecimento da ameaça à biodiversidade provocada pela extinção de espécies, catástrofes como o vazamento de gases letais em Bhopal, na Índia e o desastre nuclear na usina de Chernobyl, na Ucrânia, são alguns dos eventos marcantes anteriormente mencionados. Os acontecimentos da década de 1980 assinalaram a percepção da interdependência entre o meio ambiente, a humanidade e seus processos de desenvolvimento (PNUMA, 2004).

Nas décadas seguintes, ao já adquirido entendimento de que os recursos naturais eram limitados e passíveis de esgotamento, somou-se a consciência de que os problemas ambientais, econômicos e sociais são sistêmicos e requerem ações integradas a longo prazo (PNUMA, 2004). Seguindo esta lógica, em 1980, a ICNU (União Internacional para a Conservação da Natureza), em colaboração com a WWF (Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza) e o PNUMA, lançou a Estratégia Mundial para

a Conservação (*World Conservation Strategy - WCS*). A proposta visava harmonizar o desenvolvimento socioeconômico à conservação do meio ambiente, dando ênfase à utilização racional dos recursos naturais e à necessidade de preservação dos ecossistemas e, portanto, da diversidade biológica (Lemos, 2006). O conceito “desenvolvimento sustentável” substituiu o termo “eco desenvolvimento”, apresentado na Conferência de Estocolmo de 1972.

Esse é o tipo de desenvolvimento que proporciona melhorias reais na qualidade da vida humana e ao mesmo tempo conserva a vitalidade e a diversidade da Terra. O objetivo é um desenvolvimento que seja sustentável. Hoje isso pode parecer visionário, mas é um objetivo alcançável. Para um número cada vez maior de pessoas, essa também parece ser a única opção sensata (IUCN, UNEP e WWF, 1980).

Para que governos, organismos e empresas assumissem este conceito de sustentabilidade, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Sob a coordenação da primeira ministra da Noruega Gro Brundland, muitas audiências foram realizadas ao redor do mundo resultando no relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*). Nele aparece a definição clássica de desenvolvimento sustentável: “o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (WCED, 1987). Nesse momento, ganha força o conceito de desenvolvimento sustentável e não restam mais dúvidas de que, quanto tratamos da preocupação com a natureza, devemos considerar o capital humano, para além do capital físico representado pelos recursos naturais (Foladori, 2002).

Em síntese, até a década de 1960, o desenvolvimento se referia unicamente ao crescimento econômico das nações. A partir do final da década de 60 e início da de 70, a consciência da relação entre a crise ambiental e essa noção de desenvolvimento se concretizou. Como resultado, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que incorporou a dimensão ambiental ao desenvolvimento econômico. Para Foladori (2002), a consolidação da preocupação com o meio ambiente refletia, no entanto, os interesses sobre a conservação dos recursos naturais para garantir um crescimento ilimitado. Além disso, mesmo com a incorporação da preocupação humana (sustentabilidade social) ao conceito de desenvolvimento sustentável e o fortalecimento deste último, as instituições e práticas continuam privilegiando ou considerando exclusivamente a sustentabilidade ambiental. Para a ONU, o Banco Mundial ou outras instituições, a sustentabilidade social só é considerada quando afeta a sustentabilidade ecológica (Foladori, Op.cit).

Para os propósitos do artigo presente, consideramos que o conceito de desenvolvimento sustentável sublinha a interdependência entre três pilares fundamentais: a proteção ambiental (sustentabilidade ecológica), o desenvolvimento econômico (sustentabilidade econômica) e a inclusão social (sustentabilidade social).

2.4. Conexões críticas

Baseado nas referências apresentadas nos itens anteriores, pode-se estabelecer conexões críticas entre os conceitos-chave.

O design participativo e o empoderamento são processos que possuem semelhanças visíveis de enfoque, objetivo e papel dos atores externos. Ambos focam o protagonismo da população como meio para atingir seus objetivos, assegurando sua intensa participação no processo. O design participativo busca conduzir a comunidade à solução autônoma de problemas. Enquanto o empoderamento visa proporcionar à comunidade autonomia, visibilidade e poder de ação e decisão. O papel dos agentes externos nos dois processos é de condução e mediação, fornecendo conhecimentos, recursos e experiências que propiciem o cenário adequado para o desenvolvimento da comunidade.

A participação talvez seja a conexão central entre os conceitos de design participativo e empoderamento. Segundo Foladori (2002), a participação social é uma expressão de democracia e igualdade, assim como um impulsionador dos esforços produtivos. O empoderamento pode ser considerado uma evolução do conceito de participação social. Desde 1980, instituições internacionais ressaltam que o desenvolvimento sustentável depende da participação social, sendo esta última um dos elementos mais enraizados na dimensão social da sustentabilidade (Foladori, 2002). Sobre esses conceitos Lyons et al. afirmam que:

- (1) Existe uma forte ligação entre desenvolvimento participativo e desenvolvimento sustentável.
- (2) Esta ligação funciona através de um processo de empoderamento em vários níveis organizacionais.
- (3) A ligação entre participação e empoderamento é vulnerável, mesmo em contextos que endossam ambos (Lyons et al., 2001, pp. 1238).

A ligação que existe entre design participativo e sustentabilidade é discutida por alguns autores. O conceito de desenvolvimento sustentável teve grande influência sobre diversas áreas do conhecimento, inclusive o design. Nesse sentido o design participativo colocou-se como uma abordagem naturalmente adequada ao desenvolvimento sustentável, pois ao dar voz à comunidade vislumbra a relação sistêmica entre as dimensões social, econômica e ambiental (Santos, 2016). Além disso, o próprio foco do design participativo na melhoria da qualidade de vida de uma comunidade relaciona-se com a meta do desenvolvimento sustentável de garantir gerações futuras melhores (Broome, 2005).

Apesar das conexões entre os conceitos e os possíveis impactos do design participativo e do empoderamento no desenvolvimento sustentável, o ideal de sustentabilidade social não é alcançado por existirem limitações a serem consideradas. As intervenções baseadas no design participativo e/ou no empoderamento focam suas ações nos resultados dos problemas sociais, mas não em suas causas. A pobreza, a fome e as más condições de vida, por exemplo, são produzidas por um sistema de distribuição de recursos e meios de produção. É importante notar que as intervenções normalmente se restringem a

mudanças técnicas, locais e centradas no indivíduo, que não interferem em questões essenciais e mais amplas, como as relações sociais (Foladori, 2002).

(..) o desenvolvimento sustentável continua basicamente atrelado a um desempenho técnico, dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, sem atingir nem questionar as relações de propriedade e apropriação capitalistas, que geram pobreza, diferenciação social e injustiça (Foladori, 2002, p. 112).

Boff (2006) destaca que construir uma sociedade sustentável é mais importante do que o desenvolvimento em si. A ideia é que a sociedade seja capaz de preservar os ecossistemas e a vida dos cidadãos ao longo das gerações.

Uma sociedade só pode ser considerada sustentável se ela mesma, por seu trabalho e produção, se tornar mais e mais autônoma. (...) se a igualdade social e política, também de gênero, for continuamente buscada. Se a desigualdade econômica for reduzida a níveis aceitáveis. Por fim, se seus cidadãos forem socialmente participativos e destarte puderem tornar concreta e continuamente perfectível a democracia (Boff, 2006).

3. Análise do Programa Minas Raízes

Com base nessa discussão teórica, os conceitos de “design participativo”, “empoderamento” e “sustentabilidade” –com enfoque em seu viés social, serão analisados em um exemplo prático. Nesse intuito, um projeto desenvolvido pela comunidade da Escola de Design da UEMG foi escolhido como caso de aplicação desses conceitos. O “Programa Minas Raízes - Artesanato, Cultura e Design Social”, uma ação de extensão vinculada ao Núcleo de Design e Responsabilidade Social (NDRES) da Escola de Design da UEMG, é um programa de cooperação em produção artesanal que busca gerar a sensibilização a respeito do design em interface com o artesanato. Trabalha junto aos artesãos questões de projeto que possam promover melhorias dos seus produtos. Baseia-se na valorização do território, da cultura material e imaterial local, respeitando as características individuais, culturais e de produção de cada artesão. Os artesãos aprendem o que vivenciam, ou seja, usam as experiências para a construção do saber. Dessa forma, ao torná-los protagonistas do avanço de suas potencialidades, o programa busca proporcionar-lhes autonomia no desenvolvimento de novos produtos de qualidade e oportunidades de aumento de renda (Instituto da Cidadania Brasil, 2011; MEC, 2011). Ações de extensão dessa natureza são ferramentas que auxiliam a UEMG num grande desafio atual colocado às universidades: fornecer uma formação acadêmica que ultrapasse a excelência técnica e garanta a formação de profissionais cidadãos, conscientes e que contribuam para um desenvolvimento mais sustentável e com menos desigualdades socioeconômicas (Instituto da Cidadania Brasil, 2011).

Nota-se que o escopo do Programa Minas Raízes está ligado aos conceitos abordados neste artigo. Além de resultados promovidos por intervenções essencialmente

técnicas, como a melhoria do artesanato e a ampliação da renda, o programa propõe-se alcançar também indicadores de sustentabilidade social, como aumento da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais e indicadores de empoderamento, como o protagonismo e a autonomia dos artesãos.

Dentro da proposta desse artigo, foi selecionada a experiência do Programa Minas Raízes na cidade de Nova Lima (MG) no ano de 2009, devido à quantidade e à qualidade das informações disponíveis. Os objetivos deste projeto eram:

(...) capacitar a produção artesanal de comunidades mineiras promovendo um desenvolvimento econômico sustentável através do resgate da cultura local como ferramenta para agregar valor ao produto artesanal. Além de restituir a autoestima da população envolvida, o projeto visou consolidar a autonomia no planejamento e desenvolvimento de novos produtos, favorecendo a ampliação do valor cultural, da diferenciação e da competitividade do artesanato local, e conseqüente melhoria da qualidade de vida das comunidades (Rios et al., 2010, p. 5).

Observa-se que os objetivos dessa intervenção alinham-se com as propostas do Programa Minas Raízes. O projeto ainda supõe que, alcançados os objetivos, ocorreriam uma conseqüente melhoria na qualidade de vida dos artesãos e um desenvolvimento econômico sustentável.

A pesquisa-ação foi a metodologia aplicada no projeto desenvolvido em Nova Lima. De início, questionários foram elaborados e aplicados para levantar as características dos produtos criados pelos artesãos da região. Esses dados foram analisados para proceder à identificação das necessidades mais latentes e à seleção dos artesãos que participariam da fase de capacitação. O processo de capacitação compreendeu oficinas de Conceituação e de Produção de Texto e palestras temáticas (Metodologia do Design, Design e Artesanato, Processos Criativos, História da Arte Moderna, História da Arte Contemporânea e Patrimônio Natural Regional). Além disso, para conhecer os métodos de produção e os processos criativos dos artesãos, foram realizadas visitas aos ateliês, oficinas e locais de trabalho. Para ampliar o repertório de referências, visitas técnicas foram promovidas. Paralelamente a todas essas atividades, novos produtos foram desenvolvidos pelos artesãos com o suporte de orientações projetuais e metodologias tradicionalmente utilizadas no ensino de design (Rios et al., Op. Cit.).

Pode-se afirmar que os métodos adotados possuem similaridades com o conceito de design participativo, seja pelo papel do designer enquanto orientador e facilitador do processo projetual, seja pela intercessão do conhecimento técnico e especialista com o conhecimento prático e popular. Pelos registros de resultados do projeto, observa-se ganhos técnicos e produtivos que geraram valorização econômica e melhor aceitação de mercado dos produtos artesanais da comunidade. Segundo Rios et al. (2010), ao receberem suporte para aperfeiçoamento da produção e dos produtos, os artesãos ampliaram seus referenciais estéticos, artísticos e culturais, adquirindo melhor qualidade técnica e desenvolvendo linhas de

produtos voltadas ao mercado com evidente valorização da cultura local.

Com base em informações registradas no livro “Minas Raízes: Projeto de Capacitação em Produção Artesanal - Nova Lima 2009”, os resultados obtidos mostram indícios de um processo de empoderamento dos artesãos nos planos psicológico e político. O empoderamento psicológico fica evidente nas declarações de conquista de autoestima, confiança e pensamento crítico. Essas afirmações são ressaltadas por mudanças comportamentais como a ampliação da rede de contatos e de parcerias, a retomada dos estudos e a motivação para criar e pesquisar. A dimensão política, por sua vez, é demonstrada pelas conquistas do setor, o aumento de representatividade e visibilidade e pelo espaço concedido pela prefeitura para uma loja de artesanato (Rios *et. al.*, 2009).

Essas constatações podem ser confirmadas no seguinte trecho:

(...) Conquistaram melhor representatividade política. Conquistaram parcerias para participação em grandes feiras nacionais e regionais. Conquistaram respeito e visibilidade, além de confiança e disposição para produzir, investigar, questionar e criar (Rios *et. al.*, 2009, p. 21).

Não há dúvidas de que as conquistas obtidas pela intervenção trouxeram melhorias locais, referentes a processos criativos, produtivos e mercadológicos. Esses fatores potencialmente acarretam aumento de renda para os artesãos e conseqüente melhoria da qualidade de vida. Além disso, os avanços do setor e a conquista de confiança e autonomia por parte dos artesãos também representam conseqüências de um processo de empoderamento.

Pode-se afirmar que o projeto alcança grande parte de seus objetivos. Entretanto, ao concentrar-se em aspectos técnicos e negligenciar o peso das relações sociais, não consegue promover mudanças profundas que ataquem as causas dos problemas de sustentabilidade social. Melhorias locais, aumento de renda e empoderamento certamente são essenciais para obter essas mudanças, mas não necessariamente levam a elas.

4. Conclusão

Ao consultar e estudar o referencial teórico, nota-se que os conceitos-chave definidos neste estudo estabeleceram-se praticamente na mesma época histórica. Design participativo (participação e colaboração), empoderamento e sustentabilidade (e desenvolvimento sustentável) foram assuntos intensamente abordados a partir da segunda metade do século XX, momento em que o crescimento exponencial das economias e a globalização apontavam para a expansão do capitalismo. Uma das possíveis explicações para essa simultaneidade é o alinhamento dos objetivos dos processos de design participativo e de empoderamento com as condições essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável em um contexto dinâmico e complexo.

As conquistas do design participativo são inegáveis e favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Projetos

baseados nessa abordagem causam impactos locais sobre a comunidade, como a resolução de problemas técnico-produtivos, o aumento de renda, a melhoria de qualidade de vida, a promoção de autonomia e potencialmente o empoderamento. Entretanto, esses impactos atuam principalmente sobre as conseqüências dos problemas sociais, focalizando aspectos técnicos que não interferem diretamente nas causas mais arraigadas da insustentabilidade social associadas às relações de produção.

Apesar das ações de instituições, ONGs e agências internacionais, a humanidade ainda não conseguiu alcançar o modelo ideal de desenvolvimento sustentável, sobretudo no que se refere à dimensão social da sustentabilidade. Deve-se considerar a contradição que parece existir entre desenvolvimento e sustentabilidade. Enquanto o desenvolvimento supõe crescimento econômico ilimitado, com consumo crescente de recursos naturais, a sustentabilidade propõe um futuro com justiça social e proteção ecológica. De maneira geral, a comunidade internacional parece não questionar a compatibilidade do modelo capitalista e de suas relações sociais com o modelo de sustentabilidade.

Para que as sociedades sejam capazes de preservar os ecossistemas, assegurando a permanência e a qualidade da vida humana ao longo das gerações futuras, será preciso repensar um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Nele, o crescimento econômico não pode ser ilimitado, a relação entre produção e consumo precisa ser harmoniosa, o tamanho da população mundial tem de ser sustentável e os recursos naturais devem ser utilizados racionalmente. A fim de construir uma nova concepção de desenvolvimento sustentável, é imprescindível refletir sobre seu real significado e sobre como as iniciativas existentes, como os projetos de design participativo e empoderamento, estão de fato contribuindo para alcançar o ideal de sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

- Banham, R. (1972). *Alternative networks for the alternative culture?*
In: LEE, Yanki. (2008). Design participation tactics: the challenges and new roles for designers in the co-design process. *CoDesign*, 4(1), pp. 31-50.
- Boff, L. (2007). *História da sustentabilidade*. Disponível em: <http://leonardoboff.com/site/vista/2007/nov30.htm>.
- Boff, L. (2007). *Desenvolvimento ou sociedade sustentável?* Disponível em: <http://leonardoboff.com/site/vista/2006/set15.htm>.
- Broome, J. (2005). Mass housing cannot be sustained. In: P.B. Jones, D. Petrescu, and J. Till, eds. *Architecture & participation*, pp. 65-75. Oxford: Spon Press.
- Foladori, G. (2002). Avanços e limites da sustentabilidade social. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, 102.
- Fontana, I. M.; Heemann, A.; Ferreira, M. G. G. (2012). Design Colaborativo: Fatores Críticos para o Sucesso do Co-design. *4o Congresso Sul Americano de Design de Interação*.
- Fractalacci, B. (2009). Limites do planejamento estratégico aplicado ao espaço urbano como instrumento de desenvolvimento sustentável. *XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis.
- Gohn, M. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Soc. São Paulo*, 13(2), pp. 20-31.

- Herriger, N. 2006. Grundlagentext Empowerment. Düsseldorf/Alemanha: Sozialnet GMBH. In: Kleba, M.; Wendausen, A. (2009) Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc. São Paulo*, 18(4), pp. 733-743.
- Horochofski, R.; Meirelles, G. (2007). Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis, Brasil.
- Instituto da Cidadania Brasil. (2011). Projeto “Minas Raízes – Artesanato, Cultura e Design Social”: O design como ferramenta para reduzir as desigualdades sociais. In: *Prêmio Cidadania Sem Fronteiras*, pp. 29-32. São Paulo.
- International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, United Nations Environment Programme and the World Wildlife Fund (IUCN, UNEP e WWF). (1980). *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*. Gland, Switzerland.
- Lee, Y. (2008). Design participation tactics: the challenges and new roles for designers in the co-design process. *CoDesign*, 4(1), pp. 31-50.
- Kleba, M.; Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc. São Paulo*, 18(4), pp. 733-743.
- Lemos, H. (2006). *A estratégia mundial para a conservação*. Rio de Janeiro: FGV Online. Disponível em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/pag/textos/a_estrategia_mundial_para_conservacao_1.htm.
- Lemos, H. M.; Barros, R. (2007). *O Desenvolvimento Sustentável na Prática*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro das Nações Unidas para o Meio ambiente.
- Lyons, M.; Smuts, C.; Stephens, A. (2001). Participation, Empowerment and Sustainability: (How) Do the Links Work? *Urban Studies*, 38(8), pp. 1233-1251.
- Manzini, E.; Vezzoli, C. (2008). *O desenvolvimento de produtos sustentáveis: Os requisitos ambientais dos produtos industriais*. São Paulo: Edusp.
- MEC (Ministério da Educação e Cultura). (2009). *Minas Raízes - Artesanato, Cultura e Design Social: Resumo da Ação de Extensão*. Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj). Disponível em: http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=25859.
- Oakley, P.; Clayton, A. (2003). *Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)*. São Paulo: Instituto Polis.
- Piirainen, K.; Kolfschoten, G.; Lukosch, S. (2009). Unraveling Challenges in Collaborative Design: A Literature Study. *15th International Conference on Groupware: design, implementation, and use*. Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA). (2004). *Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento: 1972-2002. Perspectivas do Meio Ambiente Mundial 2002 GEO-3: Passado, presente e futuro*. Brasília: IBAMA/PNUMA. pp. 1-28. Disponível em: http://www.wiiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capitulo1.pdf.
- Rios, I.; Martins, D.; Freitas, L.; Otoni, L.; Borges, F.; Souza, V. (2009). *Minas Raízes: Projeto de Capacitação em Produção Artesanal - Nova Lima 2009*. Belo Horizonte: Editora UEMG. Disponível em: <https://issuu.com/comunidadescriativas/docs/minasraizes09>.
- Rios, I.; Martins, D.; Freitas, L.; Otoni, L.; Borges, F. M.; Souza, V. (2010). Projeto Minas Raízes - Artesanato, Cultura e Design: Capacitação de Artesãos em Nova Lima - MG. *9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*. São Paulo.
- Sanders, E. (2006). *Design research in 2006*. Design research quarterly.
- Sanders, E. B., Stappers, P.J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *CoDesign International Journal of CoCreation in Design and the Arts*, 4(1), p. 5-18. Disponível em: www.maketools.com/articles-papers/CoCreation_Sanders_Stappers_08_preprint.pdf.
- Santos, G. dos (2016). *Design Participativo para a Sustentabilidade: desenvolvimento de painéis modulares para fechamentos, utilizando bambu associado com terra e resíduos*. 156f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação Em Design.
- Stappers, P.J., Sleeswijk Visser, F. (2007). Bringing participatory design techniques to industrial design engineers. *Engineering and Product Design Education Conference*, NewCastle, pp. 117-122. Disponível em: <http://studiolab.io.tudelft.nl/manila/gems/sleeswijkvisser/epdec.pdf>
- World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>.

Resumen: Este artículo revisa los conceptos clave “diseño participativo”, “empoderamiento” y “sustentabilidad”, estableciendo conexiones críticas entre ellos. Se evalúa la aplicación de esos conceptos en la práctica, a través del estudio del “Proyecto Minas Raíces - Artesanías, Cultura y Diseño: Capacitación de Artesanos en Nova Lima”, desarrollado por la Escuela de Diseño de la Universidad del Estado de Minas Gerais. Las reflexiones surgen a partir de las siguientes preguntas: ¿el diseño participativo es un medio para promover empoderamiento? ¿Esos procesos conducen efectivamente a la sustentabilidad? Fue observada una contradicción aparente entre desenvolvimiento y sustentabilidad, y que el enfoque técnico focaliza las consecuencias de los problemas sociales en detrimento de las causas.

Palabras clave: Artesanía - diseño participativo - empoderamiento - extensión universitaria - sustentabilidad.

Abstract: This article reviews the key concepts “participatory design”, “empowerment” and “sustainability” by establishing critical connections between them. The concepts practical application is evaluated through a study of the “Minas Raízes - Crafts, Culture and Design Project: Artisans Training in Nova Lima” developed by the School of Design of the University of the State of Minas Gerais. Considerations go over the following questions: is participatory design a mean to promote empowerment? Do these processes lead effectively to sustainability embracing its social bias? It seems to exist a contradiction between development and sustainability. Also, the technical approach focuses on the consequences of social problems in detriment of the causes.

Keywords: Crafts, empowerment - participatory design - sustainability - university extension.

(*) **Raquel Dastre Manzanares.** Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI, 2011) e pela École Nationale d'Ingénieurs de Metz (ENIM, 2011). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Design, Inovação e Sustentabilidade da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), bolsista da Capes e integrante dos grupos de pesquisa “Design, Inovação & Tecnologia” e “Design Inclusivo e Tecnologia Social” do CNPq. **Thais Falabella Ricaldoni.** Possui graduação em Design de Produto pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, 2014) com intercâmbio acadêmico. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Design, Inovação e Sustentabilidade da UEMG, integrante do grupo extensionista e de pesquisa em Design Social. Bolsista do CNPq em parceria com o SEBRAE pelo Programa Agentes Locais de Inovação (ALI). **Eduardo Romeiro Filho.** Possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1987), Mestre (1993) e Doutor (1997) em Engenharia de Produção

pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Professor visitante no Design for Sustainability Program, da Faculty of Industrial Design Engineering, Delft University of Tech-

nology, Holanda (2010). Professor Titular da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do quadro permanente do Doutorado em Design da UEMG e do Doutorado em Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica da UFMG.

O design instrucional no ensino a distância a partir do ponto de vista do design centrado no usuário

Actas de Diseño (2020, julio),
Vol. 31, pp. 94-102. ISSN 1850-2032.
Fecha de recepción: febrero 2017
Fecha de aceptación: julio 2018
Versión final: julio 2020

Gean Flávio de Araújo Lima, Giselle Schmidt Alves Diaz Merino, Eugênio Andres Diaz Merino y Ricardo Triska (*)

Resumo: O presente artigo permeia pelo contexto do Ensino a Distância (EaD), pelo universo do Design Centrado no Usuário e Design Informacional abordando os aspectos voltados para a interação dos alunos do EaD *online*. A finalidade desta pesquisa foi de identificar como que o material instrucional pode oferecer uma melhor absorção do conteúdo a ser aprendido considerando o design centrado no usuário. A Revisão Sistemática e bibliográfica foram os métodos escolhidos para a elaboração do discurso e possibilitou identificar como o design centrado no usuário pode contribuir para que o processo de aprendizagem tenha mais eficácia neste cenário priorizando o aluno.

Palavras chave: Design instrucional - educação - design - design centrado no usuário, experiência do usuário.

[Resumos em espanhol e inglês e currículo em p. 101]

1. Introdução

Uma das características do Ensino a Distância online é a mediação do processo de ensino e aprendizagem por tecnologias, usando plataformas digitais para a disponibilização do material instrucional, para a comunicação com seus alunos e para envio e recebimento de atividades. Neste cenário os alunos passam a serem usuários de uma interface digital e também de materiais instrucionais em diversas mídias, além de se tornarem gestores de seu tempo para cumprirem com as atividades do curso.

As tecnologias têm sido amplamente usadas no auxílio do Ensino a Distância, mas o que se discute é o conteúdo que será apresentado aos alunos deixando de lado a forma como este conteúdo será entregue aos alunos, não considerando os aspectos relacionados à experiência do usuário, as interações e da disposição da informação. Segundo Cantisani et al (2016),

Os profissionais da educação envolvidos nos processos de EaD estão mais preocupados com a curadoria de conteúdo, ou seja, mais voltados para análise, escolha e elaboração de conteúdos que serão disponibilizados do que com o Design da Informação (DI) da plataforma, i.e., com os projetos de apresentação de tais conteúdos, de maneira a favorecer o funcionamento do ambiente digital (Cantisani et al, 2016).

Percebe-se que o usuário tem sido desconsiderado no que diz respeito a sua experiência com interfaces digitais e

isso se estende aos materiais informacionais inseridos no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que tem sido igualmente negligenciado. Sendo assim, o presente artigo faz o seguinte questionamento: Como que o material instrucional pode oferecer uma melhor absorção do conteúdo a ser aprendido considerando o design centrado no usuário?

Sendo assim a atual pesquisa apresenta o objetivo de identificar os aspectos do design centrado no usuário que envolve a elaboração de material instrucional para promover a melhor experiência de aprendizado.

Na atual sociedade da informação, onde os computadores e dispositivos móveis conectados à internet possibilitam o acesso imediato ao que se deseja saber, a interação homem-computador tem se destacado, e nesse sentido, o papel do usuário se torna o elemento principal nesse contexto. Na EaD online o conteúdo a ser passado aos alunos pode ser disposto de diversas formas, pois o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) pode permitir variadas formas de mídias, inclusive permitindo que sejam impressas caso o aluno assim prefira.

No EaD o designer instrucional coordena uma equipe multidisciplinar com o propósito de identificar e organizar o conteúdo mais adequado para ser disponibilizado nas plataformas de ensino, mas negligenciam a forma como ele será absorvido pelos usuários/alunos. Levando em conta que qualquer relação entre usuários e uma interface deve seguir critérios preestabelecidos para o efeito positivo da experiência, o material instrucional e